

92 JAN 1988

ANEX
FOLHA DE SÃO PAULO

FOLHA DE S. PAULO-12-01-88

Grupos articulam proposta comum para mudar projeto da nova Carta

Da Sucursal de Brasília

Uma alternativa à estabilidade no emprego aprovada pela Comissão de Sistematização pode unir os três principais grupos suprapartidários do Congresso constituinte — o Centrão, o "Grupo do Entendimento" e o "Grupo dos 32". A partir de uma reunião na noite de ontem, um acordo sobre 60% do texto da nova Constituição poderá ser fechado, incluindo este tema.

"Acho que poderemos chegar a um denominador comum na estabilidade", afirmou o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), 44, um dos relatores do Centrão. A proposta que está sendo negociada incorpora os "princípios doutrinários" do Centrão (que



propõe o pagamento de indenização progressiva no lugar da estabilidade). Os outros grupos aceitam a indenização contra a dispensa.

Pelo texto em negociação, a "relação de emprego é protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa na forma da lei, que assegurará indenização, compensatória, majorada quando a despedida ocorrer nos dois primeiros anos do contrato de trabalho". Ontem pela manhã, numa primeira reunião entre o "Grupo dos 32" e o Centrão, a solução foi discutida.

"Os que estavam presentes gostaram", disse a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), 62, que representa junto com o senador Virgílio Távora (PDS-CE) os "32", formado por "moderados" de cinco partidos. Por parte do Centrão, o senador José Lins (PDS-CE) e os deputados Ricardo Fiuza (PFL-PE), Eraldo Tino-

co e Bonifácio de Andrada (PDS-MG) representaram o grupo.

Depois de elaborar um amplo quadro comparativo com as propostas dos grupos, o Centrão constatou que 95% de suas fórmulas são conciliáveis com as dos "32". As maiores dificuldades ficam com o "Grupo do Entendimento", que reúne a "centro-esquerda" do PMDB.

Soluções alternativas também foram elaboradas para temas polêmicos, como licença-gestante e a duração do prazo para prescrição das ações trabalhistas.

O possível acordo provocou a proposta de votação em bloco de todos os pontos consensuais do texto. Informalmente, o deputado Amaral Netto (PDS-RJ) tenta conquistar apoio para a ideia, que teria também a simpatia do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), presidente do Congresso constituinte — o maior interessado em acelerar a votação. Além de ser antirregimental, a votação em bloco não conta com o aval dos partidos de esquerda, que vêem nas votações isoladas a única chance de pequenas vitórias.